



## PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA VERTENTES DO RIO GRANDE - CBH GD2

1 Ata da 46ª Reunião Ordinária realizada no dia 23 de Fevereiro de 2021

2 Aos 23 de Fevereiro de 2021, às 13h e 30 min, o Comitê da Bacia Hidrográfica  
3 Vertentes do Rio Grande - CBH GD2 realizou a 46ª Reunião Ordinária do ano de 2021  
4 e a 1ª Reunião de Trabalho, por Videconferência pela plataforma jit-si meet.  
5 Participaram on line os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Representantes  
6 do Poder Público Estadual: Márcio Heitor Stelmo da Silva (SES/MG), Eduardo Araújo  
7 Rodrigues (IGAM), José Jorge Pereira (IGAM), Ronald Gomes (SEMAD);  
8 Representantes do Poder Público Municipal: Gustavo Alvarenga Rodrigues (Prefeitura  
9 Municipal de Lavras), Fernando Lopes Pimenta (Prefeitura Municipal de Oliveira),  
10 Paulo Henrique Dias Campos (Prefeitura Municipal de Carandaí), Elisângela de  
11 Almeida (Prefeitura Municipal de Ressaquinha), Flávia Otaviana Machado (Prefeitura  
12 Municipal de Bom Sucesso), Representantes dos Usuários de Recursos Hídricos:  
13 Izaías Cláudio Mendes de Oliveira (AMG Mineração), José Eli de Souza (COPASA),  
14 Deivid Luvas de Oliveira (FIEMG), Dênio Drummond Procópio (CEMIG GT),  
15 Representantes de Entidades da Sociedade Civil: Sálvio de Macedo Silva (UFSJ),  
16 Adriano Valério Resende (Ong IRIS), Paulo César José Giarola (ARPA SJDR).  
17 Convidados: Márcio de Araújo (ANA), Rosângela Santos (IGAM). A pauta da reunião  
18 contou com os seguintes pontos: 1) Abertura e verificação do quórum; 2) Aprovação  
19 da Ata da 45ª Reunião Ordinária de 17 de Dezembro de 2020; 3) Discussão sobre o  
20 PDRH/ Prioridades e tópicos para revisão. Palestrante: Márcio Araújo (ANA) com as  
21 Participações: Eduardo Rodrigues (IGAM) e Adriano Valério (IRIS/GD2); 4)  
22 Articulação de cada um dos 4 segmentos. Gerando uma apresentação por segmento.  
23 Seriam apenas 4 apresentações, uma por segmento. Organizar 3 Seminários (on-line)  
24 durante o ano de 2021 com a participação da ANA, Séc. Executiva e IGAM – Nestes  
25 seminários seriam expostos os principais aspectos do PDRH direcionando para cada  
26 segmento. Seriam abordados tópicos como: - PDRH – Enquadramentos – Outorgas –  
27 Cobrança – Informações 1 Seminário – Diagnóstico 2 Seminário – Prognóstico 3  
28 Seminário - Capítulo específico



29 "Saneamento"

Participações:  
ANA/IGAM/PROFIL.

30

31 Assuntos Gerais: Encerramento. Assuntos em Pauta: Foi verificado o quórum pelo  
 32 Presidente do Comitê Gustavo Alvarenga Rodrigues que comentou a respeito da  
 33 pauta da reunião e posteriormente fez o agradecimento à presença de todos. Ele  
 34 iniciou a reunião fazendo as considerações e esclarecimentos sobre a pauta e sugeriu  
 35 que se fizessem os informes gerais nos 10 minutos iniciais antes do 2º item, a  
 36 aprovação da ata. Ele declarou em sua fala da 45ª Reunião ordinária "O rio que a  
 37 gente vê, mostra às possibilidades de contaminação do rio que a gente tem". Pediu  
 38 aos conselheiros para não se furtarem de dar suas opiniões, qualquer opinião é válida,  
 39 pertinente ou não. Uma informação ou opinião que pode ser digerida, dissecada será  
 40 bem-vinda. Ele fez esclarecimentos importantes sobre o quesito imagens aéreas com  
 41 os frames (cada um dos quadros ou imagens fixas de um produto audiovisual ou foto)  
 42 extraídos do vídeo apresentado na reunião anterior. Ele apresentou as imagens de  
 43 uma área de sucção submersa de uma draga para ilustrar o uso dos frames. Outra  
 44 vantagem a respeito deste procedimento é que pode ser usado futuramente.  
 45 Comentou também sobre a parceria entre a Polícia Ambiental de Lavras que sinalizou  
 46 com o Aeroclube de Lavras na utilização de frames nas imagens de vídeos para  
 47 trabalhos ambientais e que anteriormente eram usados com outros objetivos.  
 48 Parabenizou a Polícia Ambiental e o Aeroclube de Lavras pela parceria e proximidade  
 49 nesse trabalho. Logo em seguida mostrou as imagens de um vídeo da Usina do Funil  
 50 entre Ribeirão Vermelho e Lavras a respeito do bloqueio parcial da ictiofauna no  
 51 elevador da usina. Foi verificar de perto a situação desta interrupção. Ele relatou que  
 52 no Plano Diretor do CBH consta que este elevador foi construído com tecnologia atual  
 53 para o evento mas não é suficiente para ser utilizado. E finalizando mostrou as  
 54 imagens do rio em pontos com mais turbidez e em outro ponto mais baixo com o  
 55 acúmulo de sedimentos oriundos de uma área de ocupação humana em topo de  
 56 morro. Dando sequência à reunião passou-se para a aprovação da Ata da 45ª Reunião  
 57 Ordinária de 17 de Dezembro de 2020. O presidente sugeriu aos participantes que se  
 58 dispensasse a leitura da mesma, pois todos haviam recebido a ata e lido. Se tivessem  
 59 alguma objeção, alteração, acréscimo ou sugestão poderiam fazê-las posteriormente.

60 Ele pediu à  
61 aprovação da  
62 unanimidade.  
63 seguiu-se para o



plenária que votasse pela  
ata que foi feita por  
Prosseguindo a reunião  
3º ponto da reunião:

64 Discussão sobre o PDRH/ Prioridades e tópicos para revisão. Apresentação do  
65 palestrante: Márcio Araújo, Especialista em Recursos Hídricos (ANA) e participações  
66 do conselheiro Eduardo Rodrigues (IGAM) e Adriano Valério (IRIS). Ele iniciou a  
67 palestra com a apresentação do Panorama Nacional sobre a construção de Planos de  
68 Bacias dizendo que um dos fundamentos da nossa lei são baseados na gestão  
69 democrática, descentralizada, participativa e integrada para aumentar a comunicação  
70 e proporcionar a discussão nas bacias. Tem que ser técnico participativo. Em tempos  
71 críticos de pandemia utilizar as ferramentas tecnológicas proporcionaram mais  
72 integração com os comitês. Este processo aumentou a comunicação nas bacias e tem  
73 nos ajudado muito na discussão. Segundo ele, um plano de recursos hídricos que não  
74 usa essas ferramentas pode ser chamado de tecnocrata. Quem sabe dos problemas  
75 da bacia é quem vive nela. Criar momentos para escutar e discutir com a bacia isso  
76 está na nossa lei. Ele discorreu sobre as etapas de Elaboração e Participação Social  
77 que são: a Preparação (pré-diagnóstico), Diagnóstico, Prognóstico, Plano de Ações e  
78 o Pós-plano. Na primeira etapa acontecem as mobilizações preliminares na bacia,  
79 pactuação dos termos de referência e elaboração de diagnósticos preliminares. Nos  
80 últimos planos de 2013 e 2014 passou-se a utilizar uma etapa anterior ao diagnóstico  
81 chamada pré-diagnóstico. Gastava-se em torno de 80% da etapa de elaboração dos  
82 PDRHs com informações existentes na bacia. Contratava-se uma empresa para  
83 auxiliar no processo de elaboração e ficava grande parte das discussões concentrada  
84 nessa etapa. O conteúdo mínimo dessa etapa é enorme. Ele listou estes conteúdos  
85 que são: avaliações das caracterizações físicas, bióticas, socioeconômicos, culturais,  
86 políticos, infra-estruturas hídricas existentes, avaliação da quantidade e qualidade das  
87 águas superficiais e subterrâneas, balanços hídricos de disponibilidade e demanda,  
88 da rede de monitoramento, dos atores relevantes na bacia, dos aspectos legais e  
89 institucionais dentre outros, conjunto de informações importantíssimas para a tomada  
90 de decisões na bacia. Na segunda etapa é a consolidação das informações e  
91 integração das agendas setoriais e de recursos hídricos. Na terceira a construção de

92 cenários futuros com base em hipóteses socioeconômicas, mudanças climáticas e  
 93 impactos nos balanços hídricos. Na  
 94 quarta etapa a proposição de diretrizes e  
 95 metas para a gestão e de programas de  
 96 investimentos com aprovação



97 da instância colegiada. E por fim, a última etapa o pós-plano que é a priorização e  
 98 detalhamento das ações de curto prazo. Durante todas as etapas do plano há a  
 99 participação da sociedade com reuniões públicas como também acontece o  
 100 “feedback” de implementação para atualização das ações e revisão do plano. Ele  
 101 também falou sobre o detalhamento do fluxo de processo do MOP (Manual Operativo)  
 102 modelo tático operacional das ações de curto prazo pactuadas. O sistema de  
 103 informações com as atividades propostas sobre as ações. Quem faz, o que fazer e  
 104 como fazer. Os dados são inseridos numa planilha de Sistema de Acompanhamento  
 105 da Implementação. Ele exemplificou com o PIRH do Paranapanema de 2016 para  
 106 Gestão de oferta hídrica para irrigação (disponibilidade hídrica). E finalizando a  
 107 apresentação mostrou sobre o Sistema de Informações com o Gráfico de Informações  
 108 de Implementações que é composto por várias agendas. Ele declarou o conceito de  
 109 PDRH que é fundamental para qualquer processo de planejamento da bacia dizendo  
 110 que não é um plano de desenvolvimento regional, não é um plano ambiental, existe a  
 111 política de desenvolvimento e a política ambiental com seus atores na sua execução.  
 112 Nossa política de recursos hídricos é uma excelente oportunidade de compatibilizar o  
 113 desenvolvimento, as questões ambientais. Trazer para a bacia dentro da nossa  
 114 agenda o desenvolvimento sustentável e a segurança hídrica. Tem que ficar claro o  
 115 que é a Agenda Azul (Recursos Hídricos) priorizada, é colocada principalmente no  
 116 curto prazo. Trata-se do fortalecimento institucional, comitê, manter grupos de  
 117 trabalho e capacitação, proporcionar agenda política para esses grupos, entidades  
 118 delegatárias quando tem, órgãos gestores de recursos hídricos, implementação dos  
 119 instrumentos de gestão: enquadramento, outorga, sistema de informações, cobrança,  
 120 atualização do plano, trata na Identificação de áreas críticas na bacia. A organização  
 121 desta nossa agenda de recursos hídricos é o primeiro ponto do plano. Estabelecer  
 122 pontes entre as outras agendas setoriais que fazem parte do sistema de informações.  
 123 Ele deu o exemplo de algumas bacias que tem estas pontes bem reestruturadas e o

124 recurso da cobrança bem estruturado. Existem programas bem estruturados para o  
125 saneamento. É uma “bala” para alavancar recursos setoriais. A questão do  
126 saneamento é específica do setor. Não estão dentro da nossa governabilidade. Planos  
127 com escala de bilhões de recursos onde você não tem acesso. Ele disse que não pode  
128 se construir um plano



129 com ações para outros executarem. Tem que se desenvolver o papel político do  
130 comitê. A seguir ele listou as agendas setoriais: agenda lilás (pesca e turismo), agenda  
131 verde (conservação e educação ambiental), agenda cinza (indústria, termoelectricidade  
132 e mineração), agenda amarela (geração de energia), agenda laranja (agropecuária),  
133 agenda marrom (saneamento básico urbano e rural) e agenda vermelha (transporte). E  
134 finalizando a apresentação comentou sobre as Bacias Interestaduais com os planos  
135 PIRH (Plano Integrado de Recursos Hídricos), PARH (Plano de Ações e Recursos  
136 Hídricos) (cooperação e integração instrumentos comuns de planejamento para toda  
137 bacia; Balanço hídrico de referência para a decisão das OGRS (Órgãos Gestores de  
138 Recursos Hídricos); Impacto orçamentário e consequência regulatória e o Manual  
139 operativo para orientar o detalhamento da implementação das ações. Apresentou um  
140 gráfico com o histórico dos orçamentos dos planos dos comitês: ações que retratem  
141 o esforço do SINGREH para sua execução. O Vice-presidente Adriano solicitou a  
142 palavra para perguntar sobre a implementação das ações com o orçamento do plano  
143 do GD2 que é de aproximadamente R\$886.000.000,00 e que consome mais de 50%  
144 para o tratamento de esgoto sanitário. Perguntou ao Márcio como executar o plano  
145 sem recursos, onde conseguir recursos antes da cobrança implementada? O  
146 palestrante respondeu o que você levantou é importantíssimo. Em relação a leitura  
147 que temos na elaboração dos planos. Eu não estou falando que estimar o que é  
148 necessário para o saneamento não seja importante, não é isso! O orçamento do  
149 comitê é associado. O orçamento de gestão é para alavancar estes recursos.  
150 Basicamente o orçamento do plano de vocês é associado e de gestão. O orçamento  
151 associado eu preciso correr atrás dele para obter recursos. Temos que ser medidos  
152 pelas estratégias para alavancar os recursos. Eu faço as minhas estratégias, mas eu  
153 não consigo alavancar os recursos mas eu tentei. Temos que trabalhar dentro da  
154 nossa governabilidade. O Presidente Gustavo complementou a informação dizendo  
155 que o papel político dos comitês é a chave da implementação das ações a curto prazo

156 e a articulação em primeira instância com os municípios é essencial. O presidente  
157 acrescentou que concorda com as palavras em gênero, número e caso. O Conselheiro  
158 Eduardo (IGAM) pediu a palavra para comentar, dizendo que duas coisas bem  
159 colocadas tinham que ser ditas: que assina  
160 embaixo do que  está sendo

161 mostrado pelo palestrante e o outro item que ele chamou a atenção foi para coisas  
162 que estamos fazendo aqui, é um processo de aprendizado que tem que olhar de cima  
163 para baixo, a ANA está fazendo isso no Brasil transferindo isso para os estados,  
164 municípios e bacias hidrográficas especificamente de uma forma muito pujante.  
165 Tivemos uma experiência única na revisão do plano do Paraíba do Sul de se trabalhar  
166 de baixo para cima na construção dessa discussão de plano, de planejamento.  
167 Embora tenha trabalhado no âmbito geral para o específico, acho que hoje o ideal  
168 seria começar pelas pequenas bacias, das bacias à frente para chegar na integração.  
169 Esta visão de planejar “in loco” até chegar na integração das bacias hidrográficas e  
170 integrá-las de fato. Quando se olha para gestão de recursos hídricos não existe gestão  
171 disassociada da gestão ambiental. Ela é integrada na gestão ambiental. Ela é  
172 integrada nas agências de desenvolvimento sócioeconômico. Isto está em interfaces  
173 muito claras. O problema é o histórico de planejamento do Brasil que é muito recente  
174 e as pessoas não definiram no planejamento as ações que cada um tem que fazer.  
175 Como que a gente tira essas sombras? As sobreposições? Como agregar os atores e  
176 os recursos disponíveis? Como a gente integra essas coisas e as coloca na prática  
177 para funcionar? Esse trabalho que o Márcio está fazendo explica muito bem e a ANA  
178 faz hoje no Brasil. Quanto se gasta para fazer um plano e o Adriano pergunta quanto  
179 que nós tínhamos para planejamento para gastar em gestão e outras ações que  
180 envolvem gestão? Reparem o seguinte, o montante que a gente gastou para elaborar  
181 planos em cima das agendas e do que precisa gastar. Temos que aprender a ser mais  
182 econômicos. Precisa usar melhor o recurso com vem sendo feito para ter foco num  
183 planejamento mais prático, mais efetivo e mais operacional. O Adriano chamou a  
184 atenção e o Márcio retornou muito bem, a agenda não é toda nossa. Não somos nós  
185 aqui comitê de bacia hidrográfica que vamos resolver todas as questões. Como disse  
186 o Gustavo os envolvidos são os municípios, o setor de desenvolvimento, indústria e  
187 minerações. Quando se fala nos números dos recursos necessários assusta demais.

188 As histórias não todas nossas. Quando eu ouço o Adriano perguntar como que eu  
189 começo essa história sem recursos? Boa parte do que a gente define como agenda  
190 nossa, eu vou dizer uma palavra dura, difícil: é impossível de ser realizada. Tínhamos  
191 um orçamento para o saneamento de 488 milhões, que atualmente está defasado em  
192 300 milhões para atender uma



193 população de 600.000 pessoas nos 42 municípios da bacia. O volume de recursos  
194 para tratar o esgoto é evidentemente nessa ordem. Pode mudar com as tecnologias,  
195 empresas, desenvolvimento de pessoal e os custos operacionais podem cair, como  
196 por exemplo, tratar 1m<sup>3</sup> de DBO pode ser mais barato. Logo em seguida ele fez a  
197 apresentação da planilha de implementação com os componentes e os objetivos das  
198 ações do comitê GD2 a pedido do Allan Motta e uma demanda solicitada pelo  
199 Gustavo. Apontou cada um dos componentes, os seus objetivos e a suas ações.  
200 Essas ações se desdobram em diferentes abrangências. Mostrou cada uma das  
201 ações que o comitê deve implementar com prioridade, quais as medidas de curto  
202 prazo a serem desenvolvidas e executadas e quais as atribuições de outras  
203 instituições e parceiros do comitê, como por exemplo, a questão do saneamento cujas  
204 responsabilidades são atribuídas às Prefeituras, SAAS, Copasa. Citou o item de  
205 responsabilidade do comitê para execução em parceria de trabalho com o IGAM, a  
206 balneabilidade da água. E por fim, apresentou os indicadores de implementação e os  
207 valores esperados e alcançados. Solicitou ao auxiliar administrativo que depois  
208 enviasse para os conselheiros e também para as prefeituras para contribuírem com  
209 informações. O conselheiro José Jorge (IGAM) comentou que os conselheiros que  
210 são parte integrante e estão vivendo intensamente dentro da bacia podendo trazer  
211 muitas informações e contribuições. Dando prosseguimento à reunião, passou-se  
212 para a apresentação da palestrante, a Analista Ambiental Rosângela Santos (IGAM)  
213 da Gerência de Planejamento do IGAM que representou Allan Motta (Gerente)  
214 fazendo um relato sobre a experiência de implementação do PRDH do CBH Médio  
215 Rio Grande - GD7. Segundo ela, a implementação do Plano teve início em novembro  
216 de 2017. É um plano num horizonte de 2018 a 2020. A proximidade do plano é  
217 considerado novo para implementações. Em novembro de 2019 aconteceram as  
218 primeiras reuniões presenciais. Reuniões ordinárias com pautas normais, discussões  
219 de como trabalhar as ações. Optou-se por oficinas de implementações das ações nas

220 duas horas do final da reunião destinadas para isso. Dinâmica exatamente a que o  
 221 Eduardo acabou de fazer. Uma gama de ações. Qual atacar primeiro? Citou o princípio  
 222 da Economia: "Demandas infinitas para recursos finitos". Abre-se uma tabela: Quais  
 223 são as ações a serem desenvolvidas? Como agir diante de um cenário desses  
 224 estabelecendo prioridades de toda  
 225 essa gama de ações? O que é possível



226 realizar neste momento com estes recursos? Isso não inviabiliza a busca de recursos  
 227 financeiros e humanos para as ações mais complexas. Não que as ações mais  
 228 complexas que demandam mais recursos não vão ser feitas ou ficar por último, não é  
 229 essa a idéia! Na realidade em comitês que não se tem a cobrança implementada. O  
 230 Márcio comentou que gostaria de fortalecer e é importante saber diferenciar o  
 231 diagnóstico do plano com o de implementação das ações. O conselheiro Izaías (AMG)  
 232 pediu a palavra e comentou que foi uma aula excelente. O conselheiro Paulo César  
 233 (ARPA) pediu a palavra para relatar sobre a questão do envio dos dados municipais  
 234 de resíduos sólidos e as respostas do DAMAE (Departamento Autônomo Municipal  
 235 de Águas e Esgotos) que são enviados para os órgãos federais e estas informações  
 236 deveriam ser compartilhadas. Existe uma falta de compartilhamento e falta  
 237 comunicação. Deveria ter acesso às informações para preenchimento das  
 238 informações e serem passadas para o comitê. O Gustavo respondeu que é o papel  
 239 do desenvolvimento político do comitê. O Eduardo respondeu para o Paulo César que  
 240 essa questão é do SNIS, que é o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento  
 241 que recebe dos municípios os dados e que nem todos atualizam as informações ou  
 242 informam de forma precária. O conselheiro Paulo Henrique (Prefeitura Municipal de  
 243 Carandaí) fez uma pergunta pelo Chat: Há alguma implementação de educação  
 244 ambiental via IGAM, Comitê de bacia em algum comitê de bacia que já foi planejada  
 245 ou executada por setores, divisões dentro cada CBH, se sim algum planejamento por  
 246 grupo de municípios há o resultado de cada município? O Presidente respondeu que  
 247 é essa a idéia iniciar as atividades com essa mobilização pelo poder público municipal.  
 248 O Eduardo acrescentou dizendo que o Paulo Henrique está querendo dizer que o  
 249 estado já organizou alguma coisa? O Eduardo completou dizendo que a educação  
 250 ambiental é uma pauta transversal, ela entra em todos os temas, em todas as histórias  
 251 com foco em recursos hídricos tem um planejamento especial, inclusive determinado

252 por uma resolução do CNRH (Conselho Nacional de Recursos Hídricos). Estamos  
 253 discutindo isso em outra bacia, Cevap, do Paraíba do Sul, elaborando o planejamento  
 254 político-pedagógico para promover a educação ambiental. Nesse caso  
 255 ENCERRAMENTO: O Presidente Gustavo comentou algumas informações referentes  
 256 à 66ª Reunião do Fórum Mineiro de Comitês  
 257 de Bacias Hidrográficas, realizada dia  
 258 22/03/2021 e



259 também com algumas citações sobre documentações ditas durante o evento que  
 260 chamaram a atenção dele como por exemplo: “órgãos de controle precisam atuar com  
 261 igualdade no tange às fiscalizações”, “Excesso de formalismo jurídico”, “Priorização  
 262 do papel ao caráter das pessoas” “o IEF arrecada muito e deveria custear o Bolsa  
 263 Verde e não o Fhidro”. Também houve a explanação da Fernanda do IGAM sobre o  
 264 Fhidro destacando as dotações e os recursos gastos. Também foi falado sobre a  
 265 comunicação nos comitês justamente o que o Márcio apresentou para nós. O  
 266 Presidente perguntou aos participantes se queriam fazer algum comentário. O  
 267 conselheiro Ronald (SEMAD) agradeceu aos participantes dizendo que estão de  
 268 parabéns, se todos pudessem ter participado desta palestra. Ele também falou sobre  
 269 dois comunicados recebidos: um de uma representante de um município perguntando  
 270 sobre a criação de Codemas. Ele recorreu a Supram SM e eles enviaram um link com  
 271 todos os caminhos para abertura de Codemas. E o outro a respeito de um aplicativo  
 272 do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais sobre o lançamento de um link para  
 273 cadastro de poda e corte de árvores que vai facilitar muito o trabalho deles. O  
 274 Presidente Gustavo fez as considerações finais e agradecimentos aos convidados  
 275 encerrando a reunião relatando que é uma honra . Eu, Laércio Antônio Chitarra,  
 276 Auxiliar Administrativo CBHGD2, lavrei a presente ata, aos 23 de fevereiro de 2021,  
 277 sendo posteriormente encaminhada aos membros do Comitê GD2 para aprovação na  
 278 reunião plenária seguinte.

São João del-Rei, 23 de Fevereiro de 2021.

Gustavo Alvarenga Rodrigues

Presidente do CBH Vertentes do Rio Grande

Geraldo Demeralino Sabino

1º Secretário do CBH Vertentes do Rio Grande